



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00146/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00186 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Militar do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso aos registros de ocorrência de perturbação do sossego individuais e anonimizados, no município de São Paulo, referentes ao ano de 2022. Indicação de canal específico de atendimento e do local onde as informações requeridas podem ser obtidas. Provimento negado.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00146/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão esclareceu que *"as informações solicitadas são de cunho pessoal e protegidas por força de Lei, possuindo acesso restrito e não sendo possível serem fornecidas, pois de forma pontual como requerido, expõe os proprietários/moradores dos imóveis"* e indicou o local onde as informações pode ser obtidas. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente negou o pedido do interessado, por considerar que a solicitação possui como objeto informação de natureza pessoal, protegida pelo disposto no artigo 31 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à Informação - LAI), cujo acesso deve ser realizado por meio de canal específico de atendimento.
4. Considerando que o órgão indicou as razões de fato para a recusa do acesso pretendido e informou o local onde as informações requeridas podem ser obtidas, **conheço do recurso e**, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 31, § 1º, § 3º, incisos II e III, da citada Lei federal nº 12.527/2011 e no artigo 35 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do mesmo Decreto nº 58.052/2012, com redação alterada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202304133A